

28 FEV 1993

A fera da Rua Larga GLOBO

MARCOS POGGI DE ARAÚJO

Certo tipo de pobre não suporta ter dinheiro no bolso. A afirmação vem a propósito da recordação de uma cena passada há mais de 20 anos em uma loja chamada "O Dragão", conhecida também como "A fera da Rua Larga". A casa, como outras na época, dispunha de um sistema de crédito próprio para comercialização de seus produtos. Após as formalidades contratuais, o cidadão recebia cupons no valor do financiamento e com eles realizava então suas compras.

Na ocasião, vi nessa loja um sargento da Marinha com um monte de cupons sem saber exatamente o que comprar, aflito para acabar de vez com aqueles papéis. O vendedor, astuto, corria na frente do freguês apontando artigos que afirmava serem "de grande utilidade". "Aquele fogareiro!", "E, o fogareiro", repetia o sargento. E lá se iam alguns cupons. "Esse conjunto de bacias!". "Tá bem, essas bacias". Mais cupons.

E mais ou menos o que se passa hoje conosco, os brasileiros, e nossas reservas cambiais. Estamos aflitíssimos com os dólares que o país conseguiu acumular. O professor Décio Mouhaz afirma que o excesso de reservas dá um prejuízo enorme ao Brasil. O deputado Delfim Netto aconselha sua utilização para conserto das estradas. Já o presidente Itamar Franco, além de admitir a utilização de parte desses recursos para importação de remédios, informa que a Nação gasta uma fortuna (das reservas) para impedir que especuladores ganhem dinheiro. Parece que nossas divisas transformaram-se no maior problema da economia brasileira.

Se é tão importante nos livrarmos de nossas reservas cambiais, por que não as utilizarmos para combater a inflação, esta sim, um verdadeiro e grande problema? De fato, há muito que a inflação brasileira deixou de comportar classificações como infla-

ção de custo, inflação de demanda etc. O processo inflacionário entre nós é hoje, em certo sentido, estrutural e já apresenta sinais de natureza cultural. E precisamente isso que explica a força do chamado fenômeno inercial e a relevância do conflito distributivo como fator mantenedor da inflação no caso brasileiro, para usarmos uma terminologia da sistematização Bresser-Nakano.

Com efeito, boa parte da atividade econômica no Brasil somente é viável por causa da inflação. E mais: o planejamento empresarial e as práticas gerenciais passaram a privilegiar o desenvolvimento de modos de atuação com maiores potencialidades de ganho inflacionário. Elaborações sob títulos como "engenharia financeira" e "reengenharia de negócios", em grande parte dos casos no Brasil, envolvem formas sofisticadas de estruturar a atividade econômica para tentar ganhar mais com a inflação. Sem dúvida, essa tendência gera o desenvolvimento de uma cultura empresarial altamente inflacionária e perigosamente autofágica.

Em qualquer parte do mundo, comerciante raciocina como comerciante. "Compro por oito, gasto mais dois e vendo por 12: ganho dois." No Brasil, todo lojista é um financista. A economia se organiza em todos os níveis, cada vez mais, para funcionar inflacionariamente. A inflação permeia toda a sociedade.

Em termos de combate à inflação, já tentamos quase tudo. Nada deu certo. Alguns falam agora em dolarização. Em modelo argentino. Sem embargo da tentação que essa via possa exercer sobre certas cabeças, o fato é que nossas reservas cambiais, apesar de volumosas (e incômodas), são rigorosamente insuficientes para suportar o tranco de uma tal medida. Tanto o descrédito ditado pelo prévio conhecimento acerca daquela insuficiência, quanto a provável dimensão da inércia inflacionária face ao caráter estrutural, e mesmo de cultura, do processo brasileiro, poriam tudo a perder.

Aproveitando as circunstâncias de que provavelmente teremos que

apresentar um programa econômico ao FMI, de que o Governo dispõe de razoável apoio popular, e de que o presidente Itamar inclina-se a seguir a experiência do México em matéria de combate à pobreza e produção automobilística, poderíamos, isto sim, pensar na adoção de uma política, de inspiração mexicana, baseada na prefixação de preços e salários e ancorada na taxa cambial.

Tal projeto — que pressupõe um acordo mínimo sobre preços, salários e tarifas públicas — incluiria uma série de medidas, entre as quais a prévia redução do déficit público, a garantia de conversibilidade do cruzeiro à taxa cambial vigente, um firme controle da emissão de moeda (se possível com a independência do Banco Central) e a continuidade das políticas de abertura comercial e privatização de estatais. Tudo além, obviamente, de um esquema de desvalorizações prefixadas e decrescentes do câmbio, por um período de, por hipótese, 12 meses, ao fim do qual a paridade dólar-cruzeiro tivesse condições de ser mantida por tempo indeterminado, sem maiores traumas ou riscos para a economia.

Certamente, para tanto, nossas reservas cambiais seriam suficientes. Tal opção teria ainda as vantagens de: a) permitir que os agentes econômicos pudessem se ajustar aos poucos à nova realidade; b) facultar a correção gradativa dos preços relativos; e c) gerar na sociedade em geral uma reversão de expectativa no sentido do decréscimo progressivo do ritmo inflacionário.

O perigo de uma política desse tipo (se fosse possível implementá-la) seria não conseguirmos gastar grande parte de nossas reservas cambiais, o que nos deixaria certamente tão frustrados quanto imagino poderia ter ficado aquele pobre sargento se tivesse que sair do "Dragão" com os seus cupons (e portanto seu dinheiro) pesando no bolso.

Marcos Poggi de Araújo é economista e co-autor do livro "Planejamento e gestão empresarial sob inflação".